

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA DE FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXXXXXXX - DISTRITO FEDERAL

PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO - ART.71 DO ESTATUTO DO IDOSO

XXXXXX, estado civil, profissão, filho de XXXXXXXXXXXXX, RG n. XXXXXXXX, CPF n. XXXXXXXX, residente na XXXXXX, fone (61) XXXX / XXX, não possui endereço eletrônico, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio da *DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL*, com fundamento na Emenda Constitucional nº 66, §6º, propor

DIVÓRCIO LITIGIOSO

em face de **XXXXXX**, estado civil, profissão, filho de XXXXXXXXXXXXX, RG n. XXXXXXXX, CPF n. XXXXXXXX, residente na XXXXXX, fone (61) XXXX / XXX, não possui endereço eletrônico, demais dados desconhecidos, residente e domiciliado em local incerto e não sabido, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I - DO MATRIMÔNIO

A autora casou-se com o requerido em 30 de julho de 1964, sob o regime de comunhão universal de bens, conforme dados constantes da cópia de certidão de casamento anexa.

O casal separou-se de fato após cinco meses de casamento e a requerente veio para Brasília-DF poucos meses depois.

A autora constituiu união estável com XXXXXXXX há cerca de 48 anos, com quem teve sete filhos, todos maiores e capazes, a saber:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

O réu encontra-se em lugar incerto e não sabido e a autora não tem qualquer informação sobre o mesmo.

II- DOS FILHOS

Da união do casal não advieram filhos.

III - DOS BENS

O casal não adquiriu bens na constância do casamento, que durou apenas cinco meses.

IV - DAS DÍVIDAS

O casal não adquiriu nenhuma dívida na constância do casamento.

V - DOS ALIMENTOS ENTRE OS CÔNJUGES

Diante da situação fática apresentada, não há que se falar em obrigação alimentar entre os cônjuges.

VI - DO NOME DE SOLTEIRA

A autora deseja retornar a utilizar o nome de solteira, qual seja, **XXXXXXXXXXXXXX**

VII - DOS PEDIDOS:

Isto posto, requer:

- a) os benefícios da Justiça Gratuita, por ser economicamente hipossuficiente, conforme declaração anexa;
- b) a prioridade na tramitação, por tratar-se de pessoa idosa, nos termos do art. 71 do Estatuto do Idoso;
- c) a intimação do Ministério Público para atuar no feito na forma da lei;
- d) a citação do réu, **por edital**, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, para apresentar resposta no prazo legal, sob pena de revelia; e caso Vossa Exa. entenda necessário, requer seja oficiado a Receita Federal para que informe o CPF do requerido, procedendo-se a consulta ao sistema INFOSEG e SIEL para tentar localizar o endereço dele;
- e) a procedência do pedido para decretar, por sentença, o divórcio do casal, expedindo-se o competente mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil, voltando o cônjuge virago a utilizar o nome de solteira, qual seja, **XXXXXXXXXX**;
- f) A condenação do cônjuge varão ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de

Assistência Judiciária do Distrito Federal - PROJUR - (art. 3º, inciso I da Lei Complementar Distrital nº 744/2007), deverão ser depositados no Banco XXXXXXXXXXXX, PROJUR.

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial a documental e prova testemunhal.

Dá à causa o valor de R\$ 788,00 (reais).

São os termos em que pede deferimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Requerente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Colaborador Mat: XXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX
Defensora Pública

ROL TESTEMUNHAS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX